

A Declaração do Sr. Juscelino

Rubem Braga

FEZ muito bem o sr. Juscelino Kubitschek em se negar a responder a perguntas na Polícia. A declaração escrita que ele entregou é uma lição de dignidade e também uma aula de bom-senso.

O fato é que não se pode levar a sério, como lei que é preciso cumprir, o estatuto dos cassados; trata-se de um ato arbitrário e antidemocrático, mesquinho e infeliz. Este governo herdou leis vergonhosas, como a chamada «de Segurança» e, instado a refugá-las, disse que não, isso não faria; apenas não pretendia usá-las. Parecia compreender a necessidade de restabelecer o diálogo com a cidadania; mas ninguém consegue dialogar bem, quando o interlocutor conserva sempre a metralhadora a tiracolo e o dedo no gatilho da metralhadora. Este novo governo, que eu saiba, ainda não matou ninguém; mas o sr. Hélio Fernandes levou uma coronhada, que fere menos a ele que a toda a imprensa. O caso do sr. Juscelino Kubitschek é singular: esse homem acusado de tantos crimes foi processado, foi inquerido longamente, exaustivamente, em sessões diárias e humilhantes. Submeteu-se a essas humilhações, inaceitáveis em relação a um homem que foi Presidente da República, e Presidente eleito pelo povo, um homem que transmitiu o Poder a um adversário também eleito pelo povo — porque um acusado tem de se defender se não quer aceitar como verdade o que se alega contra a sua honra. Se ele era culpado, por que não o condenam? Se não tinha crime, por que não lhe são devolvidos seus direitos cívicos?

Não me considero em oposição ao atual governo porque apóio, em linhas gerais, sua orientação em face de alguns dos problemas mais importantes do país; não sou advogado nem nunca fui partidário do sr. Kubitschek; não tenho o menor entusiasmo pela Frente Ampla. Não acredito, porém, que o Governo consiga fazer alguma coisa sensata se ele parte do princípio de que homens como os srs. Juscelino e Jânio Quadros estão excluídos da política brasileira. É fácil impedir que eles votem e sejam votados; é fácil proibir que eles façam comício na praça ou discurso na televisão. É, porém, ridículo, decretar que eles deixem de pensar política, de sentir política, de conversar política, de fazer política. É claro que não fazem e não farão outra coisa; como impedir que o sr. Juscelino, em sua casa ou em casa de algum amigo, fale de política e faça política? Como imaginar que ele deixe de trocar idéias, de consultar e responder a consultas, de estudar táticas e imaginar planos? Essa interdição é tão odiosa como ridícula e vã. É por isso mesmo, porque insiste em apresentá-la como algo de sério e de viável, que o Governo se vê agora nessa posição ridícula: que fazer diante do gesto de altivez do sr. Juscelino? Prêso em uma fortaleza, confinado em um município, exilado da Europa, ele, que se pretende reduzir ao silêncio e à escuridão, será um ponto de luz e um som de voz para o qual todos, inclusive o próprio Governo, estarão sempre voltando os olhos, o ouvido e a atenção e, muitos, também a simpatia e a esperança.

O ministro da Justiça vai tentar nos convencer de que o Governo está no dever de cumprir a lei. Lei coisa alguma; trata-se de uma tolice que não se deve acatar nem cumprir, mas revogar e esquecer. Ou então, a tolice começará a se multiplicar por si mesma, como já estamos vendo.